

A Política e a Democracia na Berlinda | Luiz Marques

27/06/2021

“Berlinda: estar em evidência embaraçosa”

Dicionário Houaiss

A criminalização da política tem contribuído para a crise de credibilidade das casas legislativas e sobretudo dos partidos políticos. O que nem sempre torna-se visível para a opinião pública é o embate que subjaz às denúncias de malfeitos, tratados como “*escândalo*”, palavra derivada do latim (*scandalum*) e do francês (*scandale*). De início, o vocábulo referia-se a condutas de religiosos que trouxessem descrédito à religião. Depois, para apontar transgressões dos códigos morais. Esse segundo sentido é empregado nos dias atuais para acompanhar denúncias de corrupção envolvendo políticos com mandatos parlamentares. O termo escândalo, porém, não se adapta a toda e qualquer aberração do poder. Não é forte o suficiente para designar a necropolítica de governantes durante a pandemia. Ainda que implique ações imorais, no caso, o correto é falar em genocídio. Modernamente escândalos são ocorrências imorais e/ou ilegais noticiadas por uma dada forma midiática de comunicação, que traz à luz segredos dos poderosos.

A publicização de *scandales* data do século XVIII. Cedo, a imprensa percebeu: escândalo vende. Com a magnificação pela TV, notícias acerca da malversação do bem público, propinas e subornos por políticos em postos no aparelho de Estado viraram um negócio, à revelia de estarem ou não amparadas em consistências, conforme John B. Thompson (*O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia*, 2002). Livro que não foi escrito “*para ser uma queixa moralizante sobre a cultura do escândalo político que parece ter crescido ao nosso redor, nem foi concebido como um ataque polêmico contra aqueles que procuraram transformar o comércio com escândalos em uma maneira de sobreviver*”. O autor contentou-se com “*mostrar como a mídia transformou as condições da vida social e política*”. A esférica Terra em que habitamos se moveu, para fazer um breve *release*.

Amplificadas pela emissão de satélites, as manchetes sobre escândalos comprometedores da atividade política e sua criminalização afetaram o exercício da governança nas sociedades ocidentais. Minaram os alicerces da democracia representativa. No Brasil, o Judiciário e o Ministério Público Federal (MPF), com o braço da Lava Jato, fez a convicção de autoridades de toga e beca (punitivismo que recendeu o período colonial-escravista) sobrepujar o princípio constitucional da presunção de inocência e dos direitos individuais (garantismo). A pantomima jurídica enfraqueceu o próprio Estado de Direito Democrático, e alavancou a escalada de um neofascista à Presidência. Decretou-se a morte de milhares, ali.

Otimismo da vontade, pessimismo da razão

Evidentemente o sistema eleitoral brasileiro tem responsabilidade no enredo. E a cada reforma orquestrada no Congresso fica pior, embora sempre na trilha de aprofundamento da personalização da política e encarecimento das eleições. A intenção é fazer da democracia uma oligarquia de e para endinheirados. Coisa estampada na composição da Câmara e do Senado, com a sub-representação de negros, mulheres, trabalhadores urbanos e rurais. Em paralelo, com a sobre-representação da bancada BBB (Bala, Bola, Bíblia), dos ruralistas e dos subsidiários dos *mass media*. Se as distorções intencionais não estiveram na agenda multifacetada das manifestações de 2013 e 2015 e não estão nas *manifs* organizadas pela correnteza antineofascista, no momento, é que ambos os espectros acomodaram-se aos valores da democracia liberal do atraso. As lideranças populares não batem, com a imprescindível insistência, na tecla da proposta iliberal de

um jogo eleitoral que promova o confronto programático com o voto em lista. Recurso propício ao discernimento dos coletivos analíticos em disputa, por não naturalizar um dos pilares do liberalismo – a noção econômico-ideológica de concorrência – no âmago dos partidos do condomínio *à gauche*.

A pedagogia política, em falta, revigora o modo como somos historicamente induzidos a conceber a sociedade, a saber, um somatório de indivíduos atomizados. Em consequência, impacta também no modo como vemos os partidos políticos: agremiações que reúnem vaidades, as quais têm em comum traços ambiciosos, tanto faz o viés partidário. A ideia de que as siglas são portadoras de programas com visões distintas sobre as relações sociais, políticas, econômicas e culturais ecoa distante. Diversos fatores moldam essa circunstância:

- a) ausência do *habitus* democrático em uma sociedade com um histórico de racismo social-étnico e patriarcalismo de brutais violências sobre as classes subalternas, a negritude e o sexo feminino em seu DNA, o que dificulta o metabolismo de socialização e transmissão de ideais alternativos e igualitários de sociabilidade no país;
- b) violação da democracia recente com a justificativa hipócrita (“*pedaladas fiscais*”, praticadas por todos os presidentes anteriores) para o impedimento de Dilma Rousseff, o que fragiliza o devido respeito aos procedimentos democráticos;
- c) aparato educacional deficiente, aliado à alta taxa de pobreza e desigualdade social, em que 1% da população detém 49,6% da riqueza (Relatório Credit Suisse, 2021), o que obstaculiza a pronta tomada de consciência sobre o “*direito a ter direitos*”, um princípio caro a Claude Lefort (*L’Invention Démocratique*, 1981);
- d) manancial econômico desigual investido nas campanhas em custos com materiais de divulgação, transporte, comunicação, pesquisa, quantidade de propagandistas pagos), o que torna os candidatos conservadores mais competitivos e;
- e) linguagem pasteurizada na apresentação dos programas partidários, na propaganda rádio-televisiva, em que expressões similares são empregadas pelos diferentes competidores, o que dá a confusa sensação de que todos almejam crescimento econômico com distribuição de renda, preservação ambiental e participação da cidadania.

A conjunção de fatores intervenientes turva a comparação de projetos. Tudo pinta-se de cinza, sem racionalidade aparente. Quase aleatório, ao cabo. A emoção incentivada pela atuação do *marketing* surge como elemento central para a decisão nas eleições, a se crer na filosofia dos publicitários. Inexiste, por isso, consenso intelectual sobre o nexo de causalidade entre ideologia e voto. Reina a discordância no arraial da Ciência Política.

A posição defendida por André Singer (*Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*, 1999) sobre o corte ideológico incrustado na opção dos eleitores, o que aconteceria mesmo entre aqueles que declaram votar “*nas pessoas e não em partidos*”, sofre objeções ácidas na academia. Valeria somente para as franjas mais sofisticadas dos votantes, no parecer de muitos. Frederico Batista Pereira, em artigo na revista *Opinião Pública* (*Non Causa Pro Causa: o Voto Direita e Esquerda no Brasil*, maio-agosto 2020), pondera que a situação adversa exigiria uma intervenção na realidade concreta para trocar a sua configuração e fixar critérios claros de classificação na escala direita-esquerda para os eleitores. Um trabalho, por ora, de Sísifo. “*Há barreiras estruturais que precisam ser compreendidas e removidas para que o chamado voto ideológico passe a guiar os resultados eleitorais.*”

Cabem, no entanto, duas objeções aos cétricos à tese da ideologização dos pleitos. Uma, de ordem silogística, porque a conclusão do raciocínio acima está contida na premissa. Imagina-se a existência de um movimento como *conditio sine qua non* para remover os entulhos no estabelecido, antes do voto mudancista ser depositado na urna. O fim das barreiras estruturais antecederia os resultados eleitorais (ops). Outra, de ordem

política, porque a transformação fora da via eleitoral pressupõe a revolução social. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Sem o risco do tropeço lógico-formal é inevitável o prognóstico derrotista sobre o futuro. Com efeito, a interpretação dos dados empíricos por linhas teóricas divergentes não rompe a antiga dialética: otimismo da vontade vs. pessimismo da razão.

O impasse não deixa dúvida sobre o que fazer. A esquerda deve procurar ser **performativa** para, no ato de apresentar-se à sociedade, elevar o nível de consciência política do eleitorado. Sua árdua tarefa exige espírito crítico, criatividade, inteligência e paciência para problematizar e desconstruir o senso comum. À direita, basta confirmar o que está aí.

Crise da política, esvaziamento da democracia

A crise do sistema representativo tem sido objeto de análises. Para a ganhadora do Prêmio Pulitzer, nos Estados Unidos, Anne Applebaum (*O Crepúsculo da Democracia*, 2021), o crescimento eleitoral dos inimigos do regime democrático soa o alerta das tendências neofascistas no Ocidente. O declínio da democracia é a contraface da ascensão de autocracias embaladas pelo autoritarismo / totalitarismo. Na pátria amada, vivemos a trágica experiência graças à conivência dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Procuradoria Geral da República (PGR), do Alto Comando das Forças Armadas, das elites econômicas e dos veículos de comunicação que, com ardor, instigaram o antipetismo ao longo de anos.

Jacques Rancière (*O Ódio à Democracia*, 2020), interpela a esquerda francesa, por extensão, a brasileira. Sublinha que, uma vez esquecida toda política, a democracia converte-se em um eufemismo para designar um modelo de dominação que confunde o sujeito democrático “*com um consumidor imbecil de pipoca, reality show, safe sex (sexo seguro), previdência social, direito à diferença e ilusões anticapitalistas ou altermundistas*”. Sem uma política de transformação, a democracia “*despolitiza as questões da vida pública para convertê-las em ‘fenômenos da sociedade’, ao mesmo tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade*”. Quer dizer, a crise da política (transformadora) e do sistema de representação domestica o potencial subversivo da democracia. Do tigre, faz um gatinho aninhado nas dobras das injustiças sociais em contextos de exclusão. Com discursos descolados da práxis efetiva não se consegue mobilizar corações e mentes para mudanças.

O definhamento da política, asfixiada por escândalos e criminalizada pelo moralismo de fachada, integra o projeto da sociedade neoliberal. Eis o que subjaz ao festival de denúncias. Calar a resistência do povo, impedindo que vocalize a resistência à exploração e à opressão, é fundamental para estender o neoliberalismo a todos os espaços onde o capitalismo alcança. Na economia, vide a independência concretizada do Banco Central (Projeto de Lei Complementar) e a aprovação pelo governo usurpador de Michel Temer do Teto de Gastos para a União (Projeto de Emenda Complementar) nos próximos vinte anos. As medidas foram confeccionadas em detalhes, para contemplar os interesses do rentismo e do mercado financeiro. Engessaram o crescimento do país. Manietaram os progressistas, em caso de volta ao Palácio do Planalto. Para completar o assalto à soberania popular, necessitam sugar a energia emancipadora da política e sua capacidade de mobilização das multidões.

A estigmatização da política, sob a capa da corrupção e do custo exorbitante dos processos eleitorais aos olhos de qualquer mortal, cumpre papel estratégico para o controle do Estado – “*muito além da ‘esfera econômica’ na acepção habitual do termo... e das fronteiras estritas do mercado*”, escrevem Pierre Dardot e Christian Laval (*A Nova Razão do Mundo*, 2016). Nem rir nem chorar, mas compreender. Para erguer uma percepção política de totalidade sobre o conjunto das impressões esparsas colhidas na realidade. A consciência brota da organização dessas impressões embaralhadas sobre a sociedade neoliberal. – Para reavivar a rebeldia e, como os profetas do Primeiro Testamento, descortinar novos horizontes.

- **Luiz Marques** é professor universitário, UFRGS



Foto: Guilherme Santos